

## APRESENTAÇÃO

Raros são hoje em dia os países onde se pode observar um processo significativo de ocupação demográfica e econômica de vastas parcelas do território nacional, como é o caso no Brasil ou na Malásia. Trata-se, porém, em menor grau, de um fenômeno muito freqüente nos dias atuais na zona intertropical. Deve-se a este fenômeno notadamente o rápido desaparecimento da floresta ombrófila, da América do Sul ao sudoeste da Ásia, substituída, no melhor dos casos, por culturas comerciais permanentes e, na maioria das vezes, por uma agricultura de queimadas e por uma pecuária muito extensiva, que encontram no consumo do espaço uma estratégia coerente de otimização da relação trabalho/produto, susceptível de compensar parcialmente a ausência de capitalização técnica. Deve-se notar que o termo “fronteira”, aplicado a este processo, é, em grande parte, próprio do continente americano. Trata-se com certeza do termo inglês *frontier*, popularizado por Turner no século passado, em sua análise da expansão territorial norte-americana, e estendido para a América Latina. Mas haveria diferenças reais mais além da terminologia? Por que, por exemplo, o termo “fronteira” quase não é utilizado pelos pesquisadores africanos ou africanistas? Por que este projeto de *Cahier de Sciences Humaines* de l’ORSTOM dedicado à “fronteira” teve pouca repercussão junto àqueles pesquisadores? A conquista de novos espaços é, no entanto, um fato permanente da história africana e não faltam exemplos atuais, quer se trate de frentes pioneiras cuja dinâmica é devida à extensão de uma cultura de exportação (cacau em Gana e na Costa do Marfim, amendoim no Senegal), da expansão territorial de um grupo étnico (Mossi no Burkina Fasso...), ou ainda de uma frente pluriétnica de pequenos agricultores (Mayombé); isso sem falar das terras altas de Madagascar, estudadas por J. P. Raison, e das experiências de colonização dirigida, realizadas na Tanzânia, em Moçambique ou no Kênia, entre outros.

*Seria a expansão da fronteira um conceito estreitamente ligado ao mito fundador de uma determinada sociedade*, em particular à colonização europeia na América Latina, onde a pouca importância dos contingentes demográficos anteriores e a progressão contínua do povoamento de origem europeia teriam contribuído para produzir representações culturais específicas?

Não é suficiente que um espaço seja colonizado por um grupo em expansão, nem mesmo que o Estado utilize regularmente alguns territórios não ocupados para a instalação de pequenos camponeses ou de empresas agroindustriais, para que se possa falar de “fronteira”. A partir do momento em que o termo “fronteira” aparece nos discursos oficiais, é difundido pelos meios de comunicação, utilizado (e mesmo manipulado) para designar a expansão da sociedade nacional e a integração territorial, ele expressa um fenômeno global de sociedade e adquire uma dimensão simbólica que ultrapassa o aspecto concreto e localizado do fenômeno, mas contribui fortemente para fornecer-lhe suas principais características. Não estudaremos pois a fronteira como um conjunto de fenômenos de ocupação de zonas marginais, como já foi feito de maneira

notável (1), mas como um componente do patrimônio, tanto material quanto ideológico, que determina as relações das sociedades com seu espaço. A leitura dos artigos aqui reunidos evidencia que o fenômeno deve ser encarado em sua dimensão nacional, ideológica; com efeito, a fronteira é reputada como devendo oferecer ao país inteiro novas perspectivas (crescimento econômico, soluções de problemas sociais, domínio do território num sentido nacionalista, etc...). A fronteira é então definida ao mesmo tempo como construção ideológica, traço cultural e conjunto de fenômenos concretos extremamente diversos (entre os quais o único elo é muitas vezes o fato de pertencer a um mesmo campo de representações) onde se encontra a presença do Estado em todos os níveis.

O papel do Estado é particularmente determinante para catalisar e reorientar as expectativas e tensões sociais, desviá-las para uma dimensão horizontal, da qual se espera que ofereça a promoção vertical impossível nas regiões econômicas e sociologicamente estabilizadas. Prometendo a todos as mesmas oportunidades na fronteira, o Estado prega um igualitarismo teórico que é uma concretização da utopia pioneira, podendo assim desengajar-se dos conflitos centrais; é por isso que freqüentemente a “fronteira” é apresentada como um substituto da reforma agrária (2). Graças a esta possibilidade de deslocar os conflitos para a periferia e de remetê-los à ideologia pioneira, graças também à sua manipulação contínua do espaço (abertura de estradas, divisões administrativas, etc...), o Estado assegura sua legitimidade e estende sua soberania. O fato é que na África é raro que o Estado tenha se encarregado de tal construção. Deve-se colocar em questão a relativa fraqueza dos Estados e de seus recursos financeiros que muitas vezes acarretou a entrega das operações de ocupação de terras novas (concepção, controle, financiamento) a organismos estrangeiros ou internacionais? Trata-se de um efeito do mosaico étnico e do domínio tradicional do solo: qual espaço, com efeito, poderia ser designado como “fronteira”, isto é, como espaço a colonizar, sem provocar a reação dos “colonizados”? O Estado, para se manter, deve levar em conta esta pluralidade, caso contrário poderia, como ocorre às vezes, ter que se defrontar com movimentos de secessão. Poder-se-ia igualmente invocar a existência de um campesinato enraizado, estruturado, em cujo interior as solidariedades aldeãs e a ligação com a terra fossem fortes e contribuíssem para frear os movimentos de população, mesmo em zonas densamente povoadas. Onde, até agora, as condições de expansão de uma sociedade em vastos espaços foram melhor reunidas do que no continente americano? As diferenças étnicas e técnicas facilitaram a negação de formas de ocupação do espaço próprias das populações autóctones. O massacre dos índios aparece como indissociável da fronteira,

---

(1) Vide bibliografia ao final de cada artigo — Para publicações estrangeiras vide principalmente: — *Les phénomènes de 'frontière' dans les pays tropicaux. Travaux et Mémoires de l'IHEAL* — n° 34, Paris, 1981.  
— *Frontier Expansion in Amazônia* — University of Florida Press — Gainesville, 1982.

(2) O Plano Nacional de Reforma Agrária, atualmente em difíceis negociações, relança fortemente o debate. É de se temer que ainda uma vez, para defender seus interesses, os grandes proprietários de terra levarão o governo a reativar o mito da fronteira.

pois sua expansão se efetua sempre em um espaço ideologicamente considerado como vazio, de um ponto de vista demográfico ou econômico, e mesmo jurídico. Prova disto é que a ideologia da fronteira é nitidamente menos acentuada nos países sul-americanos que têm uma forte proporção de população ameríndia com a qual foi necessário compor. Mesmo em casos de importantes disparidades técnicas, uma forte organização das populações autóctones pode frear a expansão da fronteira, como mostram as federações *shuar* (Peru e Equador). É contudo uma exceção na bacia amazônica.

Sob formas ligeiramente diferentes, encontra-se um fenômeno de “fronteira” na Ásia, particularmente nas Filipinas, na Malásia e na Indonésia. Neste último país, o processo é antigo e principalmente ligado à pressão demográfica desigual, o que não impede de ser utilizado para servir a finalidades menos aparentes. A manipulação pelo Estado do simbolismo da fronteira intervém principalmente quando, por razões geopolíticas, econômicas e demográficas, é conveniente deslocar populações numerosas que é preciso motivar, ou quando é necessário atrair capitais privados, nacionais ou estrangeiros, ou ainda justificar e consolidar importantes investimentos públicos.

A maioria dos autores desta obra concorda em denunciar os custos elevados e a pouca eficácia demográfica e econômica da fronteira, pelo menos enquanto primeira ocupação de um espaço considerado como vazio. Assim, apesar de um ritmo de integração de novas terras à agricultura de cerca de 400.000 hectares por ano, o Brasil deverá essencialmente contar com a intensificação (e bem particularmente com o programa nacional de irrigação) para aumentar significativamente a produção de cereais. A eficácia política é sem nenhuma dúvida bem mais importante, mas também muito mais dificilmente mensurável.

O estudo dos fenômenos de fronteira permite levantar uma série de problemas ao mesmo tempo teóricos e práticos de alcance mais geral, que se poderia tentar sintetizar do seguinte modo: a acumulação demográfica e a capitalização técnica, social, econômica e institucional num determinado espaço são fenômenos históricos complexos e interativos que se desenvolvem em longos períodos de tempo. A tentativa de abreviar este processo, transpondo certos traços das regiões centrais consolidadas para a periferia, acarreta uma série de efeitos perversos que caracterizam as regiões de fronteira. O tempo levado para atingir certo grau de consolidação representa de algum modo a duração de vida do fenômeno de fronteira. Supondo que seja possível (o que é evidentemente um *non sens*), o deslocamento da totalidade da estrutura social (“formas de controle” segundo a expressão de P. Gourou) para os novos espaços representaria um custo exorbitante. Teremos pois uma estrutura social muito incompleta, muitas vezes limitada ao estrito necessário para a reprodução dos colonos. Isto explica, aliás, a forte ascendência dos movimentos religiosos e das seitas, que vêm paliar estas deficiências e são levados a preencher funções que extrapolam amplamente suas atribuições tradicionais.

Em zonas restritas, são possíveis as formas muito estruturadas de ocupação e utilização do espaço. Porém, a importância dos investimentos empenhados (pelo Estado ou por empresas privadas) acarreta em geral um controle rígido que inclui as técnicas de produção e a comercialização, com a finalidade

de assegurar um máximo de rentabilidade. Trata-se de fato de uma proletarianização disfarçada. A iniciativa e as perspectivas de evolução são limitadas. Afora estes casos bem específicos, encontram-se todos os níveis de intervenção, desde a simples canalização ou orientação dos fluxos migratórios até os perímetros controlados e dotados de uma assistência sanitária, escolar e técnica de abrangência variável. Em diversos graus, o Estado deixa às dinâmicas sociais a tarefa da estruturação das terras recentemente conquistadas. Se este procedimento apresenta a vantagem de permitir a integração de frações das camadas sociais marginalizadas do Centro e a promoção de uma pequena parte dentre elas, ele acarreta contudo uma vigorosa diferenciação social e econômica, um grande número de fracassos e a perpétua renovação da fronteira. Todos os autores evocam a violência que reina na fronteira e o esgotamento físico das populações.

Apesar das superfícies médias por estabelecimento superiores às das zonas de origem, e da pouca importância do capital imobilizado na terra, a fronteira não gera o progresso técnico, este último em geral está ligado à substituição dos agentes. Novas ondas vindas do Centro rechaçam os primeiros colonos, dentre os quais apenas um pequeno número consegue acumular no local e ter êxito na passagem para um novo estágio tecnológico.

Dada a permanência do fenômeno de fronteira na história do Brasil, nenhum campesinato tradicional pôde desenvolver vínculos estáveis com o espaço e realizar no local uma capitalização técnica. Está claro que a crença numa disponibilidade quase infinita de terra é o corolário de uma agricultura extensiva, que degrada o solo e o abandona, uma vez esgotado. Isso está ligado também a uma base econômica agrícola pouco diversificada, facilmente desestabilizada frente à demanda de um produto, em geral de exportação, que conduz rapidamente a uma monocultura perigosa para a economia local. Neste contexto, os trabalhadores rurais serão tanto mais sensíveis às propagandas oficiais e não apresentarão forte resistência para converter suas aspirações em movimentos horizontais.

Ocorre, pois, renovação permanente de uma categoria de camponeses sem terras e de minifundiários susceptíveis de alimentar o ciclo das fronteiras; e isto por meio da manutenção das estruturas fundiárias desiguais, do crescimento demográfico e da pequena capacidade de absorção da indústria. Pois a fronteira não pode existir senão a partir de uma outra fronteira: o lugar de origem dos migrantes, que não se puderam manter em suas terras numa economia em mutação, ou que buscam melhores condições de existência em terras sempre mais afastadas. Uma fronteira dá origem a outra. Este mecanismo de integração dos novos espaços aos processos centrais não nos parece estar limitado nem exclusivamente às atividades agrícolas, nem mesmo aos espaços vazios ou fracamente povoados. Representa ele por isso um quadro estrutural e funcional determinante, uma espécie de fatalidade? Não estamos certos disto. Ao contrário, certos caminhos parecem susceptíveis, particularmente no Brasil, de limitar os efeitos perversos e de tornar o período de consolidação proveitoso para um maior número de pessoas. Para nos limitarmos às iniciativas camponesas, citaremos a difusão das culturas comerciais de frutificação rápida (café, cacau, guaraná...) que não necessitam de capital nem de conhecimentos técnicos.

cos importantes. Por outro lado, o progresso das organizações camponesas e de suas reivindicações durante estes últimos anos parecem capazes de conduzir a uma significativa mudança de direção das políticas fundiárias e das infra-estruturas dos poderes públicos.

Através de numerosos estudos de casos e de análises teóricas, os artigos aqui apresentados participam deste debate sobre a interpretação da fronteira.

*Catherine Aubertin,*  
*economista e pesquisadora do ORSTOM.*

*Philippe Léna,*  
*geógrafo e pesquisador do ORSTOM.*

*Tradução: Maria Luíza Belloni.*